



COMUNIDADE ECONÔMICA EUROPÉIA: FEDERAÇÃO OU CONFEDERAÇÃO?(*)

Therezinha de Castro

Traduzido para o Espanhol, este artigo está sendo publicado, também, pela revista argentina Geopolítica, em sua edição de julho de 1993.

Escrito em setembro de 1992, ele examina formas políticas de união dos Estados-membros da Comunidade Econômica Européia, fazendo-as reagir com as peculiaridades nacionais de cada um deles, conformes ao seu passado histórico e à conjuntura internacional pós-Guerra Fria.

A História do passado demonstra que a consciência política dos povos é geralmente despertada pelos imperativos econômicos. Quando se reuniram os Representantes das Nações Unidas já se multiplicavam as iniciativas que apresentavam planos de organizações internacionais destinados a constituir uma Europa Unida diante dos continentes em via de reestruturação. Destacaram-se então estadistas da Europa Ocidental e entre eles, salientaram-se Schuman e Monnet em França, Bayen na Holanda, Spaak na Bélgica, Adenauer na Alemanha, di Gasperi na Itália.

Delgado de Carvalho — "O Mercado Comum Europeu" (Atlas de Relações Internacionais nº 1, Caderno Especial da Revista Brasileira de Geografia — Ano XXIX — nº 1 IBGE)

* Selecionado pelo PADECEME

Do latim *foederare*, a Federação se constitui numa união política entre Nações ou Estados que conservam relativa competência nos assuntos políticos-administrativos, submetendo-se porém, a uma constituição comum, em que o poder central exerce, com exclusividade, a soberania externa. Já a Confederação, do latim *confoederare*, associa, para fim comum, certo número de parceiros, sem o reconhecimento de um poder central; consequentemente, as Nações conservam a autonomia, independência e gozo do exercício de sua soberania interna e externa, salvo ligeiras restrições inerentes à própria idéia da associação.

Definidos os princípios, atingimos os meios de uma "ordem mundial" instalada após a Segunda Guerra Mundial, quando o pólo das decisões políticas se impunha através do eixo leste-oeste, ao sabor da URSS e Estados Unidos. O comunismo de um lado e o capitalismo do outro, formavam blocos antagônicos em face da "Guerra Fria"; no meio dos dois, a Europa devastada pela guerra não era mais o centro das decisões políticas, e sim o núcleo das intenções estratégicas. O *heartland* de Mackinder não se completara, já que parte dessa Europa amparada pelos Estados Unidos (Plano Marshall-1947), se desligava da outra, no leste, que a URSS anexava (Plano Molotov-1949), na qualidade de "Cortina de Ferro". Em seguida, nas alianças militares da OTAN e Pacto de Varsóvia, impunham-se os poderes

marítimo e terrestre se enfrentando no hemisfério norte, envolvendo porém o hemisfério sul, que se transformava no heterogêneo Terceiro Mundo.

Procurando recuperar o antigo *status*, sentiu a Europa¹ a necessidade de uma união, mesmo que só econômica,² para conservar sua voz ativa na política mundial. Daí a Reunião de Messina (1955) que planejou o Tratado de Roma (25 de março de 1957), assinado no Palácio Campidoglio, através do qual a Alemanha Ocidental, Bélgica, França, Itália, Luxemburgo e Holanda criavam a CEE (Comunidade Econômica Européia),³ Comunidade com planos ambiciosos para um Mercado Comum Europeu surgido pouco depois, em 1º de janeiro de 1959.

1. Representada sobretudo pela Alemanha Ocidental (RFA) inconformada com a amputação da Alemanha Oriental (RDA) e ainda com a Cidade de Berlim, ilhada e submetida a um "muro" de confronto.
2. Aliás, o processo do estabelecimento de zonas de influência econômica, a partir do século XIX, foi uma das formas ativas na expansão dos Estados industrializados. Entre 1934-39 a Alemanha inclui em sua "zona de influência" Estados da Europa Danubiana (Rumânia, Bulgária, Hungria, Tchecoslováquia e Iugoslávia), todos exportadores de produtos agrícolas, pecuaristas ou madeireiros.
3. Deve-se ressaltar que a integração de parte da Europa, sobretudo em seu setor ocidental mais dependente do Atlântico, remonta ao francês Jean Monnet ao lançar as bases da Comunidade Européia do Carvão e do Aço (18 de abril de 1951), daí ser considerado o "Pai da Pan-Europa", já que sua meta era a união do continente. A CECA reunia inicialmente a França, Itália e Alemanha, atraindo o BENELUX (Bélgica, Holanda e Luxemburgo) pelo Tratado de Haia de 03 de fevereiro de 1957.

A organização da CEE, que o Tratado de Roma traçava, consistia numa comissão executiva de 9 membros, nomeados por 4 anos pelos Estados signatários — 2 para a Alemanha, 2 para a França, 2 para a Itália e um para cada país do BENELUX, ou seja, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. A essa comissão cabia a iniciativa e execução das medidas votadas e aprovadas, destacando-se que as pessoas indicadas pelos respectivos Estados não representavam, quando em função, os interesses nacionais e sim os da Comunidade dos 6 integrantes.

Hoje essa Comunidade é formada por variados órgãos representados no contexto por 4 instituições:

- **Comissão da CEE**, o órgão executivo, com sede em Bruxelas, é a guardiã dos Tratados e, acima dos nacionalismos, deve incentivar o "espírito europeu". Compõe-se de 17 comissários nomeados pelos governos dos Estados-membros com mandatos de 4 anos.

- **Conselho de Ministros** com funções legislativas, reunindo-se por 9 meses em Bruxelas, e no Luxemburgo (meses de abril, junho e outubro). A presidência é exercida rotativamente durante 6 meses pela ordem alfabética dos Estados-membros: Bélgica, Dinamarca, Deutschland (Alemanha), Ellas (Grécia), Espanha, França, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Nederland (Holanda), Portugal, Inglaterra (United Kingdom). Órgão de ligação entre os

Países-membros e a Comunidade, o COREPER (Comitê dos Representantes Permanentes), auxilia o Conselho de Ministros, composto por Embaixadores, conhecidos como "olhos e ouvidos do Rei", à semelhança do que ocorria na Pérsia antiga — ficando para os chefes de Estado ou de Governo o chamado Conselho Europeu que se reúne duas vezes por ano ou quando extraordinariamente convocado, na capital do Estado-membro que exerce no momento a presidência. Pelo peso político de seus integrantes é considerado o motor da CEE, com destaque para Belaymont, o prédio onde funciona a Comissão que coordena as atividades do Conselho de Ministros.

- **Parlamento Europeu** instituído, em 1957, com Membros designados inicialmente pelos países fundadores. A partir de 1979, seus 518 Membros passavam a ser eleitos pelo sufrágio universal.⁴ Sua sede fica em Plateau Kirchberg, no Luxemburgo, onde se reúne o Secretariado. A Assembléia está em Strasburgo, e as Comissões Parlamentares em Bruxelas. Esse Parlamento é consultado sobre todas as decisões conjuntas a serem tomadas pela CEE. Exercendo controle político, pode votar moções de censura, servindo como

4. O número de membros correspondentes a cada País da CEE assim se distribuía: Alemanha, Itália, Inglaterra e França com 81 representantes cada um; a Espanha 60, a Holanda 25; Portugal, Grécia, Bélgica 24 cada um; Dinamarca 16, Irlanda 15 e Luxemburgo 6. Note-se que, com a recente unificação da Alemanha, foi elevado para 99 o número de seus representantes.

intermediário diplomático nas relações entre a CEE e os parlamentos de outros países.

●**Corte de Justiça**, com sede no Luxemburgo, compõe-se de 13 juizes e 6 advogados nomeados pelos Estados-membros, com mandatos de 6 anos.

Aos poucos as fileiras da CEE foram crescendo, com a entrada da Dinamarca,

Inglaterra e Irlanda (1973), da Grécia (1981), de Portugal e Espanha (1986).

Trata-se de um *zollverein* bem mais amplo, por não ser só pan-germânico e sim pan-europeu, congregando 12 países num contexto preponderantemente econômico,⁵ tendendo para o sócio-cultural, a fim de atingir meta política dentro do quadro⁶ que se segue:

País	Área (km ²)	População	Renda/Capita (US\$)
Alemanha	357.000	77.800.000	30.930
França	543.900	55.874.000	16.080
Itália	301.200	57.504.000	13.320
Inglaterra	258.256	57.100.000	12.800
Espanha	504.782	38.996.000	7.740
Holanda	33.936	14.800.000	14.530
Bélgica	30.519	9.900.000	15.176
Dinamarca	43.100	5.130.000	18.470
Grécia	131.900	9.990.000	4.790
Portugal	92.100	10.288.000	3.670
Irlanda	70.823	3.515.000	7.480
Luxemburgo	2.586	375.000	22.600
TOTAL	2.370.102	341.272.000	167.586

Ai estão os 12 países já unidos através dos 300 itens publicados no *Livro Branco* aprovado em 1986, seguindo-se, seis meses depois, o Ato Único Europeu, espécie de revisão constitucional do Tratado de Roma.

Comparativamente, observamos que esse espaço pan-europeu é bem menor

5. Desde 1968 inexistem taxas aduaneiras entre os Países-membros da CEE; foram também abertas as fronteiras para trabalhadores que optaram por se instalar em outro país da Comunidade. No caso específico dos portugueses, a despeito de na época Portugal ainda não haver aderido a CEE, o ano de 1968 começou a marcar o declínio da imigração para o Brasil e a ida deles para a França e Inglaterra em especial.

6. Elaborado com base nos dados do Almanaque-Abril (ano 1991).

que o da nossa Região Norte ou Amazônica (3.581.180km²), que constitui 45,4% do território brasileiro, com pouco mais de 10 milhões de habitantes. O espaço europeu, em face da carência, confunde, de um modo geral, a dinâmica entre médios e grandes centros, apresentando limites rurais com vazios intersticiais repetindo-se em escala de pequena região. A ocupação do terreno é assim quase que contínua, levando as aglomerações humanas a se interligarem em autênticos eixos, entre os quais servem de exemplo o de Paris/Londres-Milão/Rotterdam. Por outro lado, o espaço urbano é densamente povoado, de modo quase que contínuo, diluindo-se na periferia. É o que, em essência se pode chamar de *habitat aglomerado*, que facilita, sobretudo, a integração.

E a Europa que, até 1986, só ia até os Pirineus, começa a se transformar numa realidade de Eixo Norte-Sul, idealizado, em 1937, por Haushofer. É que, quando da criação da CEE, várias nações européias ainda possuíam colônias na África, Ásia e América. Por isso, para envolver essas áreas, era criada a Convenção de Aplicação anexa ao Tratado de Roma — Convenção pertinente, pois, dentro do contexto geoestratégico definido pelo Eixo Norte-Sul de Haushofer, se incluíam, na união dessa Europa, não só a África que integra a Bacia do Mediterrâneo, como ainda o Golfo Pérsico, incluído no "Crescente Fértil" da Antiguidade.

Na *Bacia do Mediterrâneo*, geopoliticamente instável, a CEE julga importantes, do ponto de vista geoestratégico: o Maghreb formado pela Mauritânia, Marrocos, Argélia e Tunísia; o Mashreg que inclui o Egito, Jordânia, Líbano e Síria; e ainda, com as Ilhas de Malta e Chipre, a Iugoslávia (em processo de desintegração), Israel e a Turquia, a detentora dos Estreitos de Dardanelos e Bósforo, que, em 1992, concluiu a Aliança do Mar Negro. Com os *países do Golfo*, desde 1981, o Conselho de Cooperação, com sede em Riad, relaciona a CEE com a Arábia Saudita, Kuwait, Katar, Emirados Árabes, Oman e Barhein, zona de potencial petrolífero. Concentrando sua área de projeção direcionada para o *Leste Europeu*, onde se encontra a CEI (Comunidade dos Estados Independentes) dirigida pela Rússia no que resta da URSS, e ex "Cortina de Ferro", reunindo a Polônia, Hungria, Tchecoslováquia, România e Bulgária.

Conseqüentemente, antes mesmo de atravessar os Pirineus, a CEE assinava com países da África,⁷ Pacífico e Caribe, ou seja, 45 Estados do APC, a Convenção de Lomé n° 1 (1975), conquistando espaço vital produtor de

7. Data de 1963, no auge dos movimentos de independência, o primeiro Acordo entre a CEE e 18 países africanos para a cooperação em igualdade de direitos nos campos da política comercial, financeira e tecnológica. O instrumental da cooperação seria aperfeiçoado pelas Convenções de Lomé.

matérias-primas que satisfaça a comunidade industrial da Europa do Norte. Atualmente, já no Lomé nº 4, esse espaço vital congrega cerca de 470 milhões de habitantes, no subdesenvolvido "Sul". Assim sendo, podemos concluir que: "As Convenções de Lomé representam o ponto central da política comunitária de cooperação. O discurso político por trás desses acordos é de interdependência e parceria, que substitui o antigo discurso da exploração colonial."⁸

Do complexo CEE consta ainda o chamado Acordo de Terceira Geração, firmado com o Brasil, a 26 de junho de 1992, semelhante aos já assinados com o México, Argentina e Chile. Prevê o referido Acordo, que marcou o fim da presidência de Portugal na CEE, a troca de experiências, bem como a formação de recursos humanos nos setores econômico, comercial, industrial, científico e tecnológico, de energia, de transporte, de administração pública e de saúde.⁹ Especificando que o Brasil deve cumprir regras na harmonização de normas e padrões de qualidade, prevê ainda o Acordo a troca de informações no combate a AIDS e drogas. Sem especificar valores ou transferências de recursos, prevê a possibilidade de

doações e fundos solicitados para programas a serem desenvolvidos no Brasil, já que a CEE deverá dispor para tal fim de cerca de 20 milhões de dólares. Ainda no setor de expansão, se inclui a criação da MERCOSUL-Desk, unidade do complexo econômico europeu que cuidará da integração dos quatro países sul-americanos (Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai) com a CEE. A Europa chegou, pois, à parte meridional da América do Sul, antes mesmo dos Estados Unidos.

Finalmente, em 1989, com o colapso do Império Soviético, a "Cortina de Ferro" passa a ter autênticos países incógnitas, ante a vitória do sistema democrático contra o totalitário, com a superposição do capitalismo frente ao comunismo. Impõe-se uma "Nova Ordem Internacional", registrando-se o advento de nacionalismos, de minorias étnicas ou religiosas, ao qual não foge a própria Europa do Mercado Comum, que, em maio de 1992 já contava com o pedido de adesão da Áustria,¹⁰ Suíça, Liechtenstein, Islândia, Suécia, Noruega e Finlândia.

A substituição do eixo leste-oeste, de caráter geoestratégico, por eixos norte-sul de redefinição geoeconômica, o

8. Vide Vera Thorstensen — Tudo sobre a Comunidade Econômica Europeia — Editora Brasiliense — S. Paulo, 1992 — pág. 223.

9. Como exemplo no campo das comunicações, serão intensificados testes e pesquisas com fibra ótica e com televisão de alta definição.

10. Por motivos históricos esse país se manteve fora do Mercado Comum; anexado pelo III Reich e ocupado pelos Aliados, com o término da guerra, correu o risco de, como a Alemanha, ser dividido. Negociando *status* de neutralidade, ou seja, de não adesão a qualquer bloco econômico, político ou militar, reconquistou sua soberania só em 1955.

mundo tripolar atual se compõe: da CEE, com o marco como referência monetária e área de projeção no Leste Europeu; do NAFTA,¹¹ com o dólar como referência monetária e área de projeção na América Latina; e do cinturão do Pacífico, no espaço econômico do Japão, com o iêne como referência monetária e área de projeção se estendendo, desde a Coréia, no norte, até a Nova Zelândia, no sul.

Com a instantaneidade dos fatos e a rapidez na evolução das técnicas, ao lado desse mundo tripolar, a interdependência passou a se impor perante a "Nova Ordem Internacional". "Nova Ordem", por sua vez, formada por um tripé de: Estados Produtores, os industrializados, instalados no "norte"; Estados Extratores caracterizados como simples exportadores de matérias-primas, o espaço vital cobiçado pelo "norte" dentro da interdependência neocolonialista; e os Estados Perturbadores, constituídos justamente pelas nações emergentes que, como o Brasil, têm espaço vital e matérias-primas, encontrando-se no limiar do

estágio passivo industrial para o ativo industrial.

Nesse contexto, a Alemanha, os Estados Unidos e o Japão, que comandam os três gigantes mercados, irão, por certo, discriminar os países fora de suas fortalezas. É que não há intenção desses países do "norte" em aumentar o volume de suas importações, e, quando o fizerem será daqueles instalados dentro de suas fronteiras comerciais.

Por outro lado, no âmbito das relações internacionais, com a formação dos eixos norte-sul, passam a se enfrentar dois mundos: o do "norte" onde estão os principais Estados produtores e o do "sul" concentrando os Estados extratores e perturbadores. E é nesse quadro que a "Nova Ordem Internacional" terá que redimensionar o que é assunto interno e o que é assunto externo — o que é uma Confederação e o que é uma Federação.

Com o esfacelamento da URSS e a distensão do eixo leste-oeste, os Estados Unidos tiveram que abdicar de sua pretensão do domínio exclusivo do poder econômico, dividindo-o com o Japão e a CEE. Implantados os eixos norte-sul, reconheceu-se o significado crescente da política econômica, sabendo-se que aspectos militares e armamentistas não podiam ser tratados isoladamente.

A "Nova Ordem Internacional" passaria a ser esboçada, não pela destruição da vigente, mas pelo seu aperfeiçoamento, visto que o equilíbrio entre o "norte" e o "sul" não se constitua

11. Sigla de "North American Free Trade Agreement", traduzindo-se por Acordo Norte-Americano de Livre Comércio, formado pelos Estados Unidos, Canadá e México em 12 de agosto de 1992. No dia 20 do referido mês, se expandia via México, que assinou com a América Central (com exceção do Panamá) um Acordo, na Nicarágua, estabelecendo para 1996 uma zona de livre comércio, para exatamente 2 anos depois de o NAFTA entrar em vigor. O NAFTA também assinou um Acordo com os países do MERCOSUL.

mais numa questão ideológica. Donde se observar que o mundo, neste final do século XX, se encontra numa fase de transição, em busca de um ordenamento global, muito embora a humanidade subsista na pluralidade de culturas. Mais uma vez, urge definir-se a atual e real estrutura desses eixos norte-sul, que, no caso específico da CEE, oscila da Confederação para a Federação.

E, no caso específico da CEE, o problema da transformação da Confederação em Federação dentro dos princípios concluídos em Maastricht, esbarra na eterna presença ou hegemonia da Alemanha.

O relacionamento da RFA com a RDA foi sempre a grande opção geoestratégica do governo de Bonn, que vacilava entre o europeísmo voltado para o oeste e o desejo da reunificação da Alemanha, a sua bússola do leste. Assim sendo, esse *affaire* geopolítico se intensificaria a partir de outubro de 1969, quando o chanceler Willy Brandt reiterava a oferta de renegociação para o entendimento entre as duas Alemanhas na base da igualdade de direitos. Os entendimentos vão sempre num crescer, a despeito da "Guerra Fria", chegando Egon Franck, ministro federal das relações Inter-Alemanhas a dizer que seguiriam "avançando por esse caminho serena e resolutamente".¹²

E foi serena e resolutamente que, no dia 3 de outubro de 1990, a Alemanha conseguiu sua reunificação. Resolvido esse problema inicial, Helmut Kohl afirmava que "a visão dos Estados Unidos da Europa, à qual se referia Winston Churchill no seu memorável discurso pronunciado em Zurique, em 1946, continua sendo nossa meta no caminho da unificação da Europa". Concluindo mais adiante: "o Mercado Único Europeu é a realização da união econômica e monetária bem como política".¹³

No contexto europeu, a hegemonia da Alemanha foi sempre notória, mesmo quando ainda dividida, por ser o maior mercado tanto em população quanto em importância industrial, e que se acentuaria com a reunificação em estágio de múltiplo vetor. Em consequência, o temor de que Confederação viesse a se transformar numa Federação, levaria a França e a Inglaterra a se preocuparem com o fator equilíbrio no seio da CEE. No entanto, a iniciativa de promover a união política com o fortalecimento do Parlamento Europeu, ao lado da questão econômica e monetária, agradaria bem mais à França do que à Inglaterra. Para o governo de Paris a união política significa colaboração estreita de governos nacionais; já para Londres, a palavra

12. Evolución de las Relaciones entre República Federal de Alemania y República Democrata Alemana — Departamento de Prensa y Formación — Bonn, 1973.

13. *Scala* — Revista da Alemanha — Out./Nov. de 1991 — pág. 03 — artigo intitulado *Aproveitar as Chances da História*.

federal, por motivos históricos, significa centralização de poder, idéia adversa para a maioria dos ingleses quando transposta para a Europa. Para a Alemanha porém, a estruturação conjunta da política externa e de segurança faz parte da união política; com base no seu próprio sistema federativo defende uma substancial ampliação dos direitos do Parlamento Europeu.

O sistema Monetário europeu (SME) tinha, como essência, uma "confederação" das taxas de câmbio das moedas dos países participantes; assim, a própria Inglaterra aderiu às regras do jogo. No entanto, a "federalização" começou a se impôr com a almejada união monetária, ou seja, a meta da implantação de uma moeda única para toda a Europa. Trata-se do ECU, que deve se transformar no meio de pagamento em todos os países da Comunidade que estejam dispostos a observar as rigorosas regras para salvaguardar a estabilidade monetária.

A moeda única facilitaria não só a vida do empresário como a do turista, mas, por outro lado é, também, ponto de cristalização da identidade nacional. Psicologicamente, a moeda é orgulho da capacidade produtora e, politicamente, o fator de confiança no governo do país. Assim sendo, o orgulho nacional deixa de ser conservado para, simplesmente, tornar-se harmonizado.

Por outro lado, tal harmonização cria problemas, como, por exemplo, em que língua virá escrito o valor, ou como será

a sigla? Nesse último caso, querem os franceses que seja Ecu, pois assim era nomeada uma de suas antigas moedas; com o que não concordam os ingleses, para os quais terá que ser ECU, designando no seu idioma: European Current Unity.

Dentro de outro prisma, o governo de Paris deseja a união monetária para se ver livre do marco alemão na Europa; é justamente essa moeda que concede à Alemanha o papel de "âncora no sistema monetário europeu". Por sua vez, Londres não concorda em renunciar inteiramente a uma política monetária própria. Discordes nesse ponto mas concordes noutro, nem a França nem a Inglaterra acatam a independência de um Banco Central pretendido pela Alemanha que venha a velar pela estabilidade do ECU.

Dentro de variadas divergências a CEE chegou, em 1992, ao Tratado de Maastricht que lhe impõe dois novos pilares: o primeiro é o acordo sobre a união econômica e monetária, o segundo o tratado de união política; no conjunto, pois, pretende coroar o federalismo dentro de bem cimentada união monetária, econômica e política de todos os países-membros.

Maastricht, pequena e pacata cidade holandesa na fronteira com a Alemanha, foi palco da assinatura desse Tratado, que, segundo os opositores, consagra a Europa burocrática de Bruxelas, e sobretudo a supremacia do "Pentágono Europeu" formado pelos mais ricos —

Alemanha, França, Inglaterra, Bélgica e Luxemburgo. Na prática, pois, Maastricht é o exemplo de que a CEE não poderá avançar a passos largos, e sim lentamente.

A criação de uma moeda única, devendo entrar em vigor no ano de 1999, com sinal de partida em 1997, um dos principais objetivos do Tratado, contribui para impedir que se dêem novos passos rumo a integração. Temem os países mais pobres a perda de influências e, ainda, que a Alemanha se torne dominante no momento em que a Comunidade modernize o seu processo de tomada de decisões; animando esse fato aos opositoristas de se manifestarem contra a instalação de um super-Estado europeu.

A Inglaterra apoiou o Tratado, embora o primeiro ministro John Major tenha conseguido a inclusão de pontos que dão, ao governo de Londres, a opção de adotar ou não legislação social e trabalhista comuns.¹⁴ O governo enfrenta sérios problemas nesse setor, e Major teve que suspender o debate na Câmara

dos Comuns sobre o projeto de lei para a ratificação do Tratado de Maastricht, diante da oposição à união europeia surgida dentro do próprio Partido Conservador.

Na França a discussão se direcionou em torno da questionante dubiedade: nessa federalização a União Europeia criaria uma Alemanha Europeia ou uma Europa Alemã? Foi, porém, o pequenino Reino da Dinamarca, que, na antevisão de uma Europa Alemã, se transformou no primeiro país da Comunidade a rejeitar Maastricht.¹⁵ Atitude que animaria os "eurocéticos", isto é, os contrários à federalização e implantação da "cidadania europeia".

O súbito renascimento de interesses nacionais tem gerado crescente ceticismo popular quanto a coesão de soberania em favor da Comunidade Europeia. Deram os dinamarqueses o primeiro golpe, mas o primeiro ministro Albert Reynolds conseguiu convencer os irlandeses de que, cedendo alguma parcela de sua soberania, a Irlanda receberia, em troca, subsídios da CEE. A Irlanda integra o grupo de países pobres e, para cada dólar de contribuição dada para a CEE, recebeu de ajuda cinco de volta, que permitiram construir estradas, montar infraestruturas e financiar a agricultura.¹⁶

14. Segundo artigo publicado pelo *Le Monde* (transcrito pelo *Jornal do Brasil* — 30/8/1992), em 1989 cerca de 1.268 pessoas foram processadas em nome do "Vagrancy Act". Trata-se de um exército de mendigos, os *rough sleepers* (dormem no duro), filhos da crise de empobrecimento das camadas mais vulneráveis, também existentes nos ditos países ricos. A explosão do fenômeno "sem-teto" ou "homeless" remonta a 1988, quando o governo Thatcher determinou a redução do Estado previdenciário, adotado por estímulo de Lord Beveridge. Registrou-se assim, em 1991, ao todo, 418.500 pessoas pertencentes a 145.800 famílias "homeless".

15. Votariam 82,9% dos 3.964.448 eleitores dinamarqueses; desses, 1.652.999 (50,7%) disseram "não" e 1.606.730 (40,3%) optaram pelo "sim".

16. Foram 69% de votos favoráveis contra 31%. Dos 2.542.840 eleitores, cerca de 57% compareceram

O "efeito dominó" provocado pela Dinamarca levaria a França a um recuo estratégico. No dia 23 de junho de 1992, por 593 contra apenas 73 votos de deputados e senadores, resolveu-se aprovar a realização de alterações constitucionais necessárias a convocação de um plebiscito sobre o referido documento.¹⁷ É que entre os "eurocéticos", além dos direitistas, estão ainda os fazendeiros franceses,¹⁸ protestando contra as normas agrícolas impostas pela Comunidade. Contam com o apoio dos espanhóis que vêem seu país prejudicado nas atividades rurais, correndo o risco de ser, como os portugueses, aniquilados pelas leis de integração econômica que deverão ser aplicadas a partir de 1993.

A reforma da política agrícola comum decidida pelos tecnocratas de Bruxelas é a de que a produção excessiva, isto é, a que ultrapassar as quotas determinadas pela CEE, não contará mais com a garantia do preço mínimo assegurado pelos países-membros há trinta anos. A decisão de suspender essa forma indireta de subsídios prevê, para os cereais, um abatimento de 29% dos preços existentes durante três anos e um congelamento de

15% das superfícies produtivas. Conseqüentemente é de se esperar que entre 300 e 500 mil agricultores europeus percam suas fontes de renda, sendo obrigados a vender suas terras. Mesmo assim, Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda, os países mais pobres da Comunidade, já foram obrigados a adaptar suas produções rurais ao complexo sistema de quotas.

Envolvendo-se em tal conjuntura, é importante ressaltar que, no âmbito da CEE, o desemprego atinge 11 milhões de pessoas, correspondendo a quase 10% da população em condições de trabalhar. Desses desempregados 40% são jovens que contam menos de 25 anos de idade. Assim, para manter o atual índice de emprego na zona da CEE, será necessário criar, dentro dos próximos anos, 1 milhão de novos cargos por ano.¹⁹

Por outro lado, sabe-se que a união européia irá sair muito cara; sobretudo se nos ativermos a uma das propostas analisadas que trata da criação de um fundo de 655 milhões de dólares para aumentar a segurança das centrais nucleares do Leste Europeu. Esse plano de financiamento ou Pacote Dellors nº 2, referente ao orçamento da CEE (1993-97) destina-se a aumentar em 30% os recursos da Comunidade; é que o governo alemão não quer arcar sozinho com o ônus imposto pela burocracia de

às urnas e, em nenhum Distrito Eleitoral houve maioria de votos contrários.

17. Plebiscito realizado em setembro com a apertada vitória do "sim".

18. Filiados aos dois principais sindicatos agrícolas do país — o CNJA (Centro Nacional de Jovens Agricultores) e o FNSEA (Federação Nacional dos Sindicatos Agrícolas).

19. Fonte: *Scala* — Revista da República da Alemanha — nº 3 — Bonn, 1983.

Bruxelas, e muito menos aumentar a sua participação no orçamento da política agrícola europeia. É deixar sair muita divisa, no momento em que Bonn tem ainda que auxiliar, não só a parte oriental da Alemanha como ainda a CEI (Comunidade dos Estados Independentes), que restou da poderosa URSS.

É ainda, também, muito difícil conciliar interesses de vários governos e inúmeras empresas dentro de um mosaico étnico com orgulhos nacionais em questão; difícil, sobretudo quando "burocratas" se encarregam da paternidade de alguns produtos. Por isso, a CEE só permite que se rotule de champanhe a bebida produzida na França, com uvas especiais da Champagne; e, se Portugal batizou o produto francês como "vinho espumante", passou também a exigir exclusividade para o seu "vinho do Porto". E, assim por diante, requerem os espanhóis a patente sobre a "sangria" (mistura de frutas frescas com vinho e açúcar), enquanto os irlandeses defendem o seu *irish coffee*.

Num outro detalhe, para os "eurocratas" o leite retirado da vaca sem ser pasteurizado ou homogeneizado, não faz bem; por isso, esse e outros critérios comuns de qualidade terão que ser previamente estabelecidos antes da abertura completa das fronteiras. Nesse caso, entra o jogo da tradição, por exemplo a do *camembert*, queijo francês fabricado na Normandia, inventado pela Senhora Harel (de Camembert — Departamento de Orne) em 1791, antes

das modernas regras sanitárias, empregando, por isso, o leite não tratado.

Nos desacertos e confrontos uma coisa é certa, só a ratificação do Tratado de Maastricht poderá formalizar, em 1993, o Mercado Comum Europeu. Mercado de pouco mais de 340 milhões de consumidores, maior que o dos Estados Unidos (246 milhões) e do Japão (123 milhões), a CEE, só assim, poderá, como potência econômica, ter peso no âmbito das relações internacionais. Por isso, em 26 de junho de 1992, reuniu-se, em Lisboa, a cúpula da CEE, para tentar pôr um pouco de ordem na confusão causada pelo Tratado de Maastricht. Resolveu-se logo não admitir a revisão, o que foi acatado pelos ingleses, franceses, alemães e portugueses. Os demais porém, representados pelos gregos, espanhóis, holandeses e belgas optaram por transformar os trechos de difícil interpretação em algo mais aceitável e claro para as populações, a fim de que os parlamentos nacionais possam aprová-los.

Um fato é, antes de tudo, bastante real: há grande distância entre os "burocratas" ou artífices da CEE e o povo europeu propriamente dito. Assim, embora a maioria dos europeus concorde com a idéia básica de uma Europa forte e unida, desconhece, por outro lado, os detalhes e as concessões que deverá fazer. Desconhece, sobretudo, que a Europa, em processo de fragmentação, acelera seu processo de unificação, que só se imporá com o enfraquecimento das

estruturas dos Estados. Estruturas às quais há de se sobrepôr a própria nacionalidade em nome da "cidadania da União" acordada em Maastricht. Será considerado "cidadão da União" toda e qualquer pessoa que tenha a nacionalidade de um Estado-membro, podendo, como portador do passaporte de cor violeta da CEE, circular, residir, votar e ser votado em eleições municipais dentro das fronteiras da Comunidade.

Mesmo que prevaleça a Confederação dentro de uma união restrita ao setor econômico, será possível um peso político dentro da "Nova Ordem Internacional" dessa Europa tão diversificada?

Diversificada economicamente entre países ricos, pobres e intermediários, convivendo com a diversidade étnica, lingüística e política. Diversidade que se acentuará ainda mais, quando se conceder a inclusão dos países "reformistas" do Leste Europeu, tarefa a ser realizada pela CEE, que já conta de antemão com opositores, visando a impedir a "Europa das duas velocidades" — a dos pobres e a dos ricos.

Ainda no caso do Leste Europeu, para maiores desconfianças, se destaca o posicionamento geopolítico da Alemanha pelas fronteiras comuns com esses países, tanto quanto o consenso geohistórico ao assumir o papel de intermediário através de seu setor oriental, pois que, como RDA, também fez parte dessa "cortina de ferro".

Em nome da diversidade, a Alemanha compreendeu os anseios de independência da Croácia e Eslovênia, se estendendo pela Bósnia e Herzegovina, que decreta o fim da Iugoslávia, restrita à Sérvia e Montenegro. Sentimento de independência bastante perigoso, pois poderá ter desdobramentos e seqüências não só em áreas circunvizinhas, como no próprio seio da CEE. E, nesse contexto, se insere a problemática situação da Irlanda, bem como as tendências autonomistas da Escócia e País de Gales, na Grã-Bretanha; da original Bretanha, península que se projeta na Europa Ocidental, destacando-se das demais regiões francesas, não só pela Geografia como seus 16 séculos de História movimentada e independente; do eterno desejo da Córsega em se libertar da França; do furor no País Basco e do desprezo autonomista da Catalunha, desejando se verem livres da Espanha; bem como do secessionismo entre o norte e o sul da Itália, já que as recentes eleições revigoraram a Liga Lombarda que questiona a unidade nacional, não escapando nem mesmo a Bélgica, com o litígio entre as regiões da Flandres e da Walônia, onde subsiste o ideal separatista. Donde se concluir que "a maior parte dos países da Europa são territorialmente formados em colchas de retalhos, retalhos gloriosos aliás, e

preciosos para a constituição de nacionalidades".²⁰

A tudo isso se vêm juntar os "meros expedientes da História" que, nos Balcans, se transformaram em países, depois da Primeira Guerra Mundial, com destaque no Leste Europeu para a Tchecoslováquia. Com a divisão desse país em dois — o dos tchecos e o dos eslovacos, em junho de 1992, a CEE terá que revisar o acordo comercial assinado em 1991 com o governo de Praga, semelhante aos outros já firmados com a Hungria e a Polônia.

O que ocorre nesse marginal da Europa é consequência da Segunda Guerra Mundial, quando a Eslováquia, valendo-se da ocupação nazista, fundou o seu Estado nacional que Hitler tolerou, ocorrendo o mesmo com a Croácia. Como seqüência, na atualidade, o nacionalismo, como força desagregadora, atingiu a própria URSS e os territórios por ela anexados durante aquele conflito — da Finlândia, da Romênia, da Tchecoslováquia e da própria Alemanha (o apêndice oriental da Prússia) que, por certo serão reclamados, exigindo um novo traçado geopolítico nas fronteiras do Velho Continente. Nessas condições, em se tratando da ascendente Alemanha, hoje reunificada, mas ainda amputada de

territórios vitais como o "Corredor Polonês" e Prússia Oriental, cabe aqui a pergunta: "dobrada em duas pelo poder e obediente, ficará entretanto nessa servilidade a velha raça briguenta cuja herança foi modelada por dezoito séculos de pilhagens?"²¹

Com todos esses problemas e outros mais que poderão surgir, uma confederação econômica poderá vir a sustentar a fortaleza européia; já a federação política parece ser sonho utópico, visto que na Diplomacia o problema atual é bem diferente do que costumava ser. A superação do "babelismo" em nome de um bloco coeso, se contrapondo à concepção nacional nesse universo cultural que é a Europa, não pode funcionar a contento nos moldes de uma sociedade totalizante. Concluímos, assim, que a Europa, de tantas guerras e inúmeras divisões políticas, terá, diante de Maastricht, que enfrentar o choque no conceito de Estado-membro e Nação. Choque imprescindível pois, para que a Comunidade cresça e se fortaleça, os Estados nacionais têm que se enfraquecer e se diluir.

Mas subsiste ainda o contexto do ser e não ser no âmbito externo da Europa, para onde a CEE também se projeta. E, comparativamente, assim como a URSS se desagregou, refletindo sobre o modo do antigo Império Romano — da periferia

20. Delgado de Carvalho — "A Bretanha Autonomista" — *Atlas de Relações Internacionais* nº 10 — Caderno Especial da Revista Brasileira de Geografia — Ano 31 — nº 2 — IBGE.

21. Charles Bonnefon — *História da Alemanha* — Companhia Editora Nacional — S. Paulo, 1935.

para o interior, o problema poderá vir a incidir na CEE. A Europa que tem queda de natalidade, poderá ver, no próximo século, seus espaços disponíveis ocupados por cidadãos de países subdesenvolvidos do "sul", com altas taxas de natalidade. Vários desses países, já ligados a CEE pela Convenção de Lomé ou Acordos Bilaterais, marginalizados economicamente, poderão, num efeito retroativo, induzirem suas populações a uma forte corrente migratória em busca do "eldorado do norte". Justificando-se ainda que, se a força propulsora da economia mundial em poder das nações industrializadas do "norte" não as habilitou a eliminar o flagelo do desemprego, por extensão, a situação nos países do "sul" se apresenta num panorama muito mais grave.

Os efeitos dessa corrente imigratória já se fazem sentir em tumultos racistas, sobretudo na Alemanha, com atos de violência atribuídos aos neonazistas. O fenômeno, já previsto por sociólogos e cientistas políticos, mostra que, em 1992, só até meados do ano, ocorreram quase 700 atentados. De acordo com o Clube de Informática de Hamburgo, os neonazistas, organizados em grupos, já contam até com sistema moderno de comunicação por computador. Quando dividida a Alemanha, na parte ocidental eles eram considerados como uma subcultura da moda, enquanto os do oriente, forçados ao regime comunista, pelo tabú imposto ao tema, o nazismo passou a ter aura de "sagrado-proibido".

Conseqüentemente, nos 5 Estados da antiga RDA não houve tempo para a superação do regime nazista, que, agora, livre do comunismo, enfrenta os problemas da reunificação — e o maior deles é o da defasagem econômica.

Assim, quando Erich Honecker, dirigente comunista da RDA foi substituído por Egon Krenz, cerca de 100 mil estrangeiros dos então "países irmãos socialistas", provenientes de Cuba, Vietnam, Angola, Moçambique, e até de outros da própria "Cortina de Ferro", receberam ordens de regressarem aos seus países de origem. Os que não o fizeram, vivendo em condições precárias passaram a ser alvo dos *skinheads* (cabeças raspadas). É causa ainda desses conflitos racistas o orgulho ferido da antiga RDA, como o ocorrido em fins de agosto de 1992, no porto de Rostock, no Mar Báltico, que antes da reunificação era considerado o "portão do mundo" pelo movimento dos navios que saíam com produtos *made in East Germany*. Perdendo a competitividade, seus estaleiros fecharam ou foram privatizados.

De um modo ou de outro, ocorrendo essa inversão populacional no eixo norte-sul, não prevista por Haushofer, teremos, no século XXI um perfil do europeu bem diferente do de hoje. Não foi, por acaso, a inversão populacional provocada pelas invasões bárbaras a força desagregadora do poderoso Império Romano?

O Tratado de Maastricht é, na realidade, verdadeira constituição

européia que transforma a CEE numa Federação. Criando moeda única para 1999, estabelece a construção gradual de política exterior e de segurança comuns, que conduza, com o tempo, a uma política de defesa conjunta. Constitui-se de três secções: a "Nova CEE"; a política exterior e de defesa; a polícia e cooperação judicial. Trata, resumidamente, da unificação em todos os setores relevantes, propondo que as linhas mestras devam ser tomadas por unanimidade.

A "Nova CEE", ou seja, a primeira secção do Tratado, atribui um papel importante a União nos setores do meio ambiente, educação e proteção ao consumidor, saúde pública e transportes internacionais.

A segunda secção inclui a criação do embrião para a futura política defensiva, deixando claro que deverá ser compatível com a OTAN, que se transforma assim numa espécie de "apólice de resseguro", já que a Europa não dispõe de recursos militares e financeiros necessários para se bancar sozinha. Os que criticam o EUROCORPS (Exército Franco-Alemão) vêm-no como uma concepção francesa, por não integrar a OTAN.²²

Assim, enquanto os governos francês e alemão convidavam, em maio de 1992, os demais países europeus a integrarem o núcleo do futuro "Euro-exército", a Dinamarca, através de seu ministro da defesa, Uffe Ellemann-Jansen, vinha abertamente em defesa da OTAN, como a única e verdadeira guardiã da segurança européia. Afirmava na ocasião: "não gostaríamos de ver uma Europa onde mais uma vez as grandes potências se unissem e comesçassem a dar as cartas.²³ Nós queremos algo como a OTAN, onde os países grandes e pequenos compartilham de direitos e obrigações".

Por sua vez, a despeito de entusiasmasdas com o "Euro-exército", tanto a Itália como a Bélgica se manifestaram contra o enfraquecimento da OTAN como estrutura militar, embora esta, com o final da "Guerra Fria", venha se transformando numa simples força de intervenção.

Finalmente, a terceira secção, o alicerce policial, compreende a colaboração entre governos da CEE em temas que vão desde a política migratória

22. A OTAN surgiu em acordo assinado a 4 de abril de 1949 em Washington entre a Bélgica, Canadá, Dinamarca, França, Holanda, Inglaterra, Islândia, Itália, Luxemburgo, Noruega, Portugal e Espanha; posteriormente aderiram Grécia e Turquia (1957). Por discordância quanto ao comando e uso de armas nucleares, a França deixou esse conjunto político-militar em 1966.

23. Deve estar ainda na memória dos dinamarqueses, a Prússia (núcleo geohistórico da Alemanha) atraindo outro grande, a Áustria, para uma guerra contra a Dinamarca, a fim de tornar-lhe os Ducados de Holstein e Schleswig, onde ambicionava o porto de Kiel. Vencida, pela Paz de Viena (1864), a Dinamarca entregava os Ducados aos dois aliados, que logo iriam se desentender, levando Bismarck a uma guerra tão desejada contra a Áustria. Para uma Alemanha forte e unificada, o próximo passo seria a eterna rival no continente, a França, vencida na Batalha de Sedan (1870).

e de asilo, até a luta contra o crime organizado e o tráfico de drogas, tendo no EUROPOL seu órgão máximo para a troca de informações.

Dentro do processo conclusório, para o caso brasileiro, podemos observar que as relações econômicas e políticas, vêm ocorrendo em dois níveis: ao nível da CEE-Brasil e ao nível bilateral (Brasil-País Membro).

"Da parte do Brasil são feitas acusações de que a CEE está tentando impedir a entrada de produtos manufaturados brasileiros... Da parte da CEE, as acusações contra o Brasil são de que ele está praticando uma política de protecionismo contra as exportações da Comunidade através da imposição de tarifas draconianas sobre as importações de bens manufaturados e industriais." Mas, conclui Peter Coffey,²⁴ chefe do Departamento de Economia da Universidade de Amsterdã, que há elementos de verdade nas duas acusações, já que tanto o Brasil quanto a CEE vêm adotando medidas protecionistas para resguardar suas indústrias e resolver seus respectivos problemas atuais.

O Brasil pode justificar as limitações, já que correspondem a exigências derivadas de uma situação global internacional, onde o "norte", via de

regra, penaliza de forma insustentável os países em desenvolvimento. Mas, no contexto geral, temos que reconhecer serem as duas partes importantes, já que o Brasil é o país de maior destaque na América Latina, enquanto a CEE vem se apresentando como operoso bloco comercial e econômico do mundo. No entanto, "para um volume de comércio aproximadamente igual ao que existe entre o Brasil e os Estados Unidos da América, a Comunidade representa, para a produção industrial, um mercado proporcionalmente inferior em 50%".²⁵ Concluindo-se sobre a importância do Acordo de Terceira Geração que no MERCOSUL firmamos com a CEE em 1992, visto que o comércio entre o Brasil e os eixos dos Estados Unidos e Japão se expandiu bem mais do que com o da Comunidade.

Observamos ainda que se, em economia, se trata com questões de certo modo racionais, difíceis de se apreciar e, mais ainda, de se prever se tornam nos aspectos sócio-políticos, quando se impõem questões psicológicas e irracionais; sobretudo em se tratando do "núcleo duro" da CEE formado pela França e Alemanha, os dois países que, através da História, demonstraram tendências hegemônicas quanto ao poder terrestre na Europa, diferindo do

24. "O Brasil e a Comunidade Econômica Europeia" — in *Brasil Perspectivas Internacionais* — Ano I — Março/Abril de 1985 — Universidade Católica — Rio de Janeiro.

25. "Comissão Mista Brasil — CEE" — Paulo de Tarso Flecha Lima — Bruxelas — 19 de junho de 1989 — Resenha de Política Exterior do Brasil — n° 62.

"esplêndido isolamento" da Inglaterra, bem mais afeita ao poder marítimo.

Assim sendo, a França se mostra desejosa de fazer uma Europa à sua imagem... a Alemanha que contra ele fez as guerras de 1870, 1914 e 1939, oscila entre o europeísmo voltado para o oeste, mas com a bússola instalada no leste. Entre os dois, encontra-se a Inglaterra relacionando-se privilegiadamente com os Estados Unidos. Daí o Real Instituto para Assuntos Internacionais, abrigado no Chatham House, questionar sobre qual filosofia irá se realizar essa integração — se sob o liberalismo num quadro de puro capitalismo, ou afeito ao impulso socialista de regulamentar e estatizar.

Para os países não comunistas que, em maio de 1992 solicitaram ingresso na CEE e, também, para a Turquia, com parte de seu território na Europa, que assinou neste ano, com países balcânicos e caucásicos, a Aliança do Mar Negro, se evidencia o perigo de uma "Fortaleza Europa", constituída por um continente fechado, auto-suficiente e protecionista.

Com a CEE impondo a harmonização de legislações, estas nem sempre chegarão a um bom termo, sobretudo no que diz respeito ao controle do tráfico de drogas, migração clandestina e repressão ao terrorismo, quando forem se diluindo as fronteiras políticas.

Sabendo-se, por outro lado, que a integração econômica não subsistirá sem a política e a institucional, concomitantemente a CEE vem tendo que

transportar inúmeros obstáculos. Assim, se ainda não se chegou a um consenso sobre o ECU, está em pendência o sítio da capital definitiva, já que Bruxelas é uma situação provisória na CEE, que pretende evoluir da simples união alfandegária para uma meta-nação, criação original da História desde a implantação dos Estados nacionais na Era Moderna, em substituição ao medieval feudalismo. Com o objetivo da meta-nação, a CEE já possui sua bandeira de fundo azul com 12 estrelas amarelas de cinco pontas; comemora o seu dia a cada 9 de maio, a data de aniversário de Robert Schuman, francês, um de seus fundadores; e mantém como símbolo o "Hino à Alegria", obra de Beethoven em sua *Nona Sinfonia*.

Concluindo-se que todo esse complicado planejamento diz respeito, não somente a decisões futuras, mas, sobretudo, a impactos futuros de decisões presentes, daí o povo dinamarquês haver preferido, segundo o provérbio chinês — "dar um salto a frente no escuro, do que um salto atrás no claro". É incontestável que a atitude da pequenina Dinamarca,²⁶ com área

26. Carentes de espaço, este na Europa, tem importância capital. Por seu posicionamento, a Dinamarca é o elo entre a Inglaterra e o Continente; através da Jutlândia se constitui no prolongamento da Europa entre o Báltico e o Mar do Norte, enquanto suas ilhas (cerca de 500) fazem ponte natural com a Escandinávia, espaço de 1.122.000km² que pretende se associar a CEE. É interessante ainda destacar que, em 1895, foi aberto um canal, batizado com o nome do Imperador Guilherme (Kaiser Wilhelm Kanal), por motivos geoestratégicos.

mais ou menos semelhante a do Estado do Rio de Janeiro, tal como Davi e Golias, pôs o destino da CEE, a partir de junho de 1992, em certo compasso de espera. Animou também os "eurocéticos", contrários a uma unificação ampla e irrestrita, que aceitam a Confederação mas rejeitam a Federação.

Cumprir destacar que a Europa durante séculos vem sendo a raiz de todo movimento mundial importante — daí brotou a moderna civilização, a ciência, a arte, o comércio, as migrações; daí saíram impondo a supremacia europeia sobre as demais partes do Mundo; todos os protótipos se formaram de acordo com a norma europeia. Mas, historicamente, enquanto a Europa foi o centro político do mundo, ninguém percebeu que aquele continente, bem

mais do que a projeção do Velho Mundo, era, geograficamente, um conjunto de penínsulas.

A partir de meados do século XX, o posicionamento geopolítico da Europa mudou substancialmente. Sua superfície, forma e clima são os mesmos. No entanto, seus caracteres físicos permanentes já não têm o mesmo significado. A estrutura econômica baseada em suas características físico-políticas mudou tanto, que passou a exigir uma revisão geral na "Nova Ordem Internacional".

A Europa de hoje é um problema tanto para os europeus como para o resto do mundo. Estamos diante de um continente em plena transformação, não mais atrelado à encruzilhada do eixo leste-oeste. Terminou a "Guerra Fria" e a Europa, procurando se apoiar num eixo norte-sul, sabe-o bem, que muitos caminhos possíveis para o futuro são obscuros e incertos. A Europa é um "Continente Velho", por isso está a procura de uma transformação, numa "Nova Ordem Internacional" que a faça rejuvenescer.

Entre os mares Bálticos e do Norte, mantém esse Canal record mundial no tráfego, já que situado entre Hamburgo e Kiel passam por aí mais navios do que nos Canais de Suez e Panamá juntos. A viagem por esse importante Canal dura de 7 a 9 horas nos seus 99km, propiciando rápida troca entre os Países Bálticos e o mundo.



THEREZINHA DE CASTRO — Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEME e ECEMAR. Professora de História do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: "Rumo à Antártica", "Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil", "Geopolítica: Princípios, Meios e Fins" e outras.